



O IMPÉRIO QUE NÃO HÁ: PORTUGAL NA POESIA DE MANUEL ALEGRE

THE EMPIRE THAT DOESN'T EXIST: PORTUGAL IN THE POETRY OF MANUEL ALEGRE

Carina Marques Duarte¹

RESUMO

Boaventura de Sousa Santos (2003) afirma que, desde o século XVII, Portugal é um país semiperiférico no sistema mundial capitalista, pois, ao longo dos anos, manteve um desenvolvimento econômico intermediário e ocupou uma posição intermediária entre o centro e a periferia. Margarida Calafate Ribeiro ratifica a condição intermediária de Portugal em decorrência, primeiro, da tensão entre a nação e o seu império e, segundo, da tensão entre Portugal e a Europa e salienta que tal condição provocou a coexistência no imaginário coletivo português de dois tipos de discurso: o épico e o de perda. O objetivo deste artigo é analisar a ocorrência do segundo na produção poética de Manuel Alegre, verificando em que medida Portugal é representado como periferia da Europa. Paralelamente, apontaremos o contributo da intertextualidade com Camões e Fernando Pessoa para tal representação. Serão de grande valia, em nosso percurso analítico, as proposições de Julia Kristeva, Boaventura de Sousa Santos, Margarida Calafate Ribeiro e Eduardo Lourenço. Imagens poéticas como as “naus que não mais” e “o império que não há”, além de nos remeterem ao imaginário coletivo dos portugueses e aos precursores do poeta, apontam – sobretudo pelo signo da ausência, de forma melancólica – para a condição periférica de Portugal na Europa.

PALAVRAS-CHAVE: Manuel Alegre; Semiperiferia; Intertextualidade; Camões; Fernando Pessoa.

ABSTRACT

Boaventura de Sousa Santos (2003) states that, since the 17th century, Portugal has been a semi-peripheral country in the capitalist world system, due to over the years, maintaining an intermediary economic development and having occupied an intermediate position between the center and the periphery. Margarida Calafate Ribeiro ratifies the intermediate condition of Portugal as a result, first, of the tension between the nation and its empire and, second, of the tension between Portugal and Europe and stresses that this condition caused the coexistence in the Portuguese collective imagination of two types of discourse: the epic and the ruin. The purpose of this paper is to analyze the occurrence of the second in Manuel Alegre's poetic production, verifying to what extent Portugal is represented as the periphery of Europe. At the same time, we will point out the contribution of intertextuality with Camões and Fernando Pessoa to such representation. The propositions of Julia Kristeva, Boaventura de Sousa Santos, Margarida Calafate Ribeiro and Eduardo Lourenço will be of great value in our analytical path. Poetic images such as the “ships that are no longer” and “the empire that doesn't exist”, in addition to referring us to the collective imagination of the Portuguese people and the precursors of the poet, they point – mainly through the sign of absence, in a melancholy way – to the peripheral condition of Portugal in Europe.

KEYWORDS: Manuel Alegre; Semi-periphery; Intertextuality; Camões; Fernando Pessoa.

1 Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: carina_duarte@ufms.br

Considerações iniciais

Em *Portugal como destino: o medo de existir*, Eduardo Lourenço (2012) afirma que um povo vive do futuro que imagina para existir, dos sonhos, projetos, lembranças de si na época fundadora, que condicionam todo o seu destino, e vive dos mitos. Além disso, o estudioso ressalta que a identidade de um povo, como a dos indivíduos, define-se na relação com o outro.

Para Boaventura de Sousa Santos (2003), Portugal é, desde o século XVII, um país semiperiférico no sistema mundial capitalista. Tal condição, de acordo com o estudioso, apesar de alguma evolução no transcurso do tempo, preservou as suas características fundamentais: “[...] um desenvolvimento econômico intermédio e uma posição intermediária entre o centro e a periferia da economia-mundo [...]” (SANTOS, 2003, p. 23-24). A posição intermediária, no entendimento de Santos, reproduziu-se com base no sistema colonial e repetia-se, desde meados da década de 1980, no modo como se deu a inserção de Portugal na Comunidade Econômica Europeia.

Margarida Calafate Ribeiro (2003) recupera as colocações de Boaventura de Sousa Santos (1999), quando este afirma que a integração de Portugal à Comunidade Europeia produziu um sentimento de progresso que foi gerido e alimentado pelo Estado. Tal sentimento permitiu aos portugueses imaginarem-se como europeus, como pertencentes ao centro. Durante muito tempo, o sistema colonial possibilitou à periferia, que era Portugal, imaginar-se centro, participando dele simbolicamente. A posição de semiperiferia, que antes era assegurada pelo império, a partir de meados da década de 1980, passou a ser dada pela relação com as antigas colônias no âmbito da Comunidade Europeia, onde se tornou possível vislumbrar o antigo papel de correia de transmissão.

Margarida Calafate Ribeiro (2003) confirma, então, a condição intermediária de Portugal em decorrência, primeiro, da tensão entre a nação e o seu império e, segundo, da tensão entre Portugal e a Europa e salienta que tal condição provocou a coexistência no imaginário coletivo português de dois tipos de discurso: o épico e o de perdição. O objetivo deste artigo é analisar a ocorrência do segundo na produção poética de Manuel Alegre, verificando em que medida Portugal é representado como periferia da Europa. Paralelamente, apontaremos o contributo da intertextualidade com Camões e Fernando Pessoa para tal representação.

A imagem de Portugal na obra de Manuel Alegre

O poeta contemporâneo Manuel Alegre estreou na literatura no começo da década de 1960 com publicações em revistas e participação em coletâneas. Em 1962, foi mobilizado, contra a sua vontade, para o exército colonial. Em Angola, Manuel Alegre liderou uma tentativa de revolta militar, que resultou em diversas prisões. Preso pela PIDE, em 1963, foi conduzido à Fortaleza de São Paulo, onde permaneceu seis meses e conheceu importantes representantes do movimento de libertação angolano. Depois de liberto e posto em residência fixa em Coimbra,

o poeta, em 1964, partiu para o exílio em Argel. No exílio, publicou seus primeiros livros – *Praça da canção* (1965) e *O canto e as armas* (1967) – ambos apreendidos pela PIDE. Com a Revolução dos Cravos e o fim do Estado Novo, Manuel Alegre retornou a Portugal, dedicando-se simultaneamente à literatura e à política.

A produção poética de Manuel Alegre traz as marcas e elabora as experiências traumáticas vividas pelo autor, entre as quais estão a Guerra Colonial e o exílio. Entrelaçada, por vezes, à dor, é recorrente nessa poesia uma reflexão sobre a identidade da nação, o que inclui a constatação do lugar de Portugal na Europa. A esse propósito, convém examinarmos o soneto “A fala”:

Sou de uma Europa de periferia
Na minha língua há o estilo manuelino
Cada verso é uma geografia
Aqui vai-se a Camões e é um destino.

Velas veleiro vento. E o que se ouvia
Era sempre na fala o mar e o signo.
Gramática de sal e maresia
Na minha língua há um marulhar contínuo.

Há nela o som do sul o tom da viagem
O azul. O fogo de Santelmo e a tromba
De água. E também o sol. E também a sombra.

Verás na minha língua a outra margem.
Os símbolos os ritmos os sinais.
E as naus ligeiras que não mais não mais.
(ALEGRE, 2019, não paginado).

O sujeito poético expõe, desde o início, a sua condição periférica: “Sou de uma Europa de periferia [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). Contrastando com essa primeira informação acerca da sua procedência, vem a seguinte: “[...] na minha língua há o estilo manuelino [...]”. Aqui, o poeta não apenas transpõe para a língua a exuberância das formas que caracterizavam o estilo manuelino, como sugere que a língua carrega a história da grandeza e do poder a que deu início o reinado de D. Manuel². Convém salientar que foi no seu reinado que Portugal se tornou um dos países mais poderosos da Europa, com a descoberta do caminho marítimo para a Índia em 1498. Foi igualmente durante o governo desse monarca que os portugueses chegaram ao Brasil. Ao sugerir que em cada verso há outra geografia, o poeta alude à presença das viagens na sua dicção poética, dicção essa que não pode evitar o retorno a Camões. Daí o emprego do termo “destino”: “[...] aqui vai-se a Camões e é um destino [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado).

2 Governou Portugal de 1495 a 1521. De acordo com o historiador Antônio Henrique de Oliveira Marques, “[...] a partir de 1500, e até o final do seu reinado, os portugueses só obtiveram vitórias por toda a parte, em Marrocos e da Arábia à Malásia, controlando o Oceano Índico [...]” (MARQUES, 2018, p. 61).

Em *Texto, crítica, escritura*, Leyla Perrone-Moisés (2005) observa que o inter-relacionamento entre textos sempre foi uma idiossincrasia do discurso poético: “Em todos os tempos, o texto literário surgiu relacionado com outros textos anteriores ou contemporâneos, a literatura sempre nasceu da literatura [...]” (PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 62).

Manuel Alegre, que constrói a sua poesia dialogando intensamente com Luís Vaz de Camões, apropria-se do precursor sem a preocupação com a fidelidade ou com a contestação e, além de assumir o diálogo, coloca a intertextualidade com o cantor das grandezas de outrora como inevitável.

Se no poema “A fala” dialogar com Camões é um destino, no poema “Criptografia³”, o poeta situa na esfera do pacto a sua relação com o autor de *Os Lusíadas*. Assim, ao dialogar com o antecessor, ele seria um pactário, que encontrou na transformação da voz do outro um modo de passar a poema o nunca dito. Apesar de uma vasta parcela do que compõe a escrita camonianiana não ser transposto ao intertexto – “Tem cornos que não vem no retrato [...]” –, a simbiose entre os poetas é tamanha que Alegre assim a define: “[...] vai-se a ver ele dita e eu passo a escrito [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado).

O resultado do fazer poético de Manuel Alegre é visto como “[...] intertexto intervida intersemântica [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). Convém salientar que esse verso sugere que a criação do autor de *O canto e as armas* é edificada com base no diálogo entre textos, na associação dos sentidos e, também, nas similaridades entre as vidas, já que ambos, além de poetas, foram soldados; com uma diferença relevante: enquanto Camões era soldado de um império que ainda experimentava grandezas, Alegre foi, a contragosto, soldado do “império que não há” (ALEGRE, 2019, não paginado). Dada a confluência no ofício e em termos de sofrimento, Camões parece ser a voz que dita, e o sujeito poético chega a colocar em dúvida o seu papel, de agente ou paciente, na construção do texto: “E já não sei se escrevo ou se sou escrito [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). Contudo, em seguida, aclara a natureza ativa, de participação total, do processo de absorção do outro: “[...] cripto- / grafia de uma escrita em outra escrita [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). Dialogando com o precursor, Alegre cifra na sua poesia a escrita alheia, transformando-a.

Tornando ao poema “Fala”, no segundo quarteto, o poeta caracteriza a língua poética de Camões e a sua, indicando que esta é construída a partir da primeira. Assim, se na poesia do grande vate ouvia-se o mar, na sua, gramática de sal e maresia, há um marulhar contínuo. Ao elencar os elementos constitutivos da sua expressão poética, Manuel Alegre aponta para

3 Da rosácea de enxofre nasce o pacto / da magia da fórmula do rito / vai-se a ver e Camões é o próprio acto / de passar a poema o nunca dito. / Tem cornos que não vêm no retrato / tem pés-de-cabra e o fogo do maldito / e quanto mais disperso mais intacto / vai-se a ver ele dita e eu passo a escrito. / Intertexto intervida intersemântica / alquimia alquimia escrita quântica / vai-se a ver e Camões é a voz que dita. / E já não sei se escrevo ou se sou escrito / é a magia o fogo o signo: cripto- / grafia de uma escrita em outra escrita (ALEGRE, 2019, não paginado).

a absorção da obra do precursor: “Há nela o som do sul e o tom da viagem. / O azul. O fogo-de-santelmo⁴ e a tromba / de água⁵. E também sol. E também sombra [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado).

Embora sugira a ação da herança camoniana no seu fazer poético, Manuel Alegre, na conclusão do soneto, expõe a principal diferença entre a expressão de um e a do outro: “Verás na minha língua a outra margem. / Os símbolos os ritmos os sinais. / E as naus ligeiras que não mais não mais.” (ALEGRE, 2019, não paginado). Se a poesia de Camões exaltava os varões assinalados e as glórias portuguesas, a de Manuel Alegre vai tratar da outra margem, porque no seu tempo não há grandeza a ser enaltecida. Uma vez que o vasto império, construído nos séculos XV e XVI, foi perdido, cabe à poesia de Alegre elaborar a ausência das naus ligeiras. Tal ausência, além de se contrapor à magnificência e ao poderio de Portugal predominantes em *Os Lusíadas*, corrobora o primeiro verso do soneto, confirmando que o país pertence à periferia. Há, entretanto, nessa confirmação um agravante que torna mais dolorosa a consciência da condição periférica: é o sentimento de perda, por um dia ter pertencido ao centro e já não pertencer.

O alargamento dos horizontes através da expansão marítima, nos séculos XV e XVI, fez crescer a importância de Portugal. Feitos como a descoberta do caminho marítimo para a Índias, o “achamento” do Brasil, a conquista de Goa (1510), de Azamor (1513) e a viagem de circunavegação, realizada por Fernão de Magalhães, em 1519-1520, provocaram grande euforia em Portugal. O entusiasmo experimentado era compreensível, dado que, nas palavras de A. H. de Oliveira Marques (2018),

Os portugueses dos séculos XV e XVI provaram pela experiência e pela dedução científica que o oceano Atlântico era navegável e estava livre de monstros ; que o mundo equatorial era habitável e habitado; que era possível navegar sistematicamente longe da costa e conseguir perfeita orientação pelo Sol e pelas estrelas; que a África tinha uma ponta meridional e que existia um caminho marítimo para a Índia; que as pseudo-Índias descobertas por Colombo eram, na realidade, um novo Continente separado da Europa e da Ásia oriental e que os três oceanos comunicavam entre si; que a Terra era redonda e circun-navegável (MARQUES, 2018, p. 70-71).

De acordo com Marques (2018), o crescimento e a aparente prosperidade de Portugal atraíram para o rei o respeito de todos os soberanos da Europa. Assim, D. João II, D. Manuel I e D. João III adquiriram notoriedade como bons administradores. Além disso, como resultado da expansão marítima e dos lucros advindos do comércio, houve uma expansão demográfica no campo e nas cidades. Lisboa, que se transformara em centro comercial e metrópole, apresentava-se como uma enorme urbe, se considerado o tamanho de Portugal.

4 No canto V de *Os Lusíadas*: “Vi, claramente visto, o lume vivo / Que a marítima gente tem por Santo [...]” (CAMÕES, 2008, p. 149).

5 No canto V de *Os Lusíadas*: “Não menos foi a todos excessivo / Milagre e cousa, certo, de alto espanto, / Ver as nuvens, do mar com largo cano, / Sorver as altas águas do Oceano [...]” (CAMÕES, 2008, p. 149).

Apesar dos dividendos procedentes do comércio – os quais, em 1518-1519, segundo Marques (2018), equivaliam a 68 por cento das receitas do reino – Portugal, como refere Abdala Junior (1994), não tinha capital suficiente para fazer frente às despesas⁶. Possuía um vasto império, mas não as condições para mantê-lo. Endividado com os países protestantes, empregou o lucro advindo do comércio no pagamento de juros das dívidas. Além disso, no mar, o trabalho português era dificultado por piratas e corsários, não raras vezes financiados por reis estrangeiros. Por isso, o sentimento de euforia vai se atenuando até a derrocada em Alcácer-Quibir (1578), quando morre D. Sebastião e o exército português capitula diante dos mouros. Tal fato histórico, desencadeador de um traumatismo profundo, é retomado por Manuel Alegre no poema “A batalha de Alcácer-Quibir⁷”. No referido texto, a inferioridade de Portugal é evidenciada pelo emprego repetitivo da preposição “sob”. Além disso, o poeta sugere que a queda do soberano equivalia à decadência do reino. Com efeito, o golpe final, na soberania portuguesa, viria dois anos mais tarde, em 1580, com a anexação pela Espanha, prova cabal de uma hegemonia efêmera.

Ao analisar a especificidade do colonialismo português, Boaventura de Sousa Santos (2003) identifica nele um perfil subalterno, relacionando tal subalternidade ao “[...] fato de que Portugal, como país semiperiférico, foi ele próprio, durante longo período, um país dependente — em certos momentos quase uma ‘colônia informal’ — da Inglaterra [...]” (SANTOS, 2003, p. 25). Além disso, o estudioso observa com acuidade que a identidade do colonizador contém uma ambivalência decorrente não apenas da presença em si da identidade do outro (o colonizado por ele), mas também porque engloba a “[...] própria identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem [...]” (SANTOS, 2003, p. 27). Assim, o Próspero português, quando examinado desde o ponto de vista dos Super-Prósperos europeus, é um Caliban.

Depois do ultraje representado pelo ultimatum inglês (1890) e da depressão que o seguiu, a colonização organizada do território africano foi vista como caminho para atingir o desenvolvimento e, nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro (2003), para voltar a imaginar-se centro. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a aceitação dos movimentos independentistas na África e na Ásia, aumentaram as pressões para que Portugal concedesse independência às suas colônias. Entretanto, concebendo as possessões ultramarinas como indispensáveis para a

6 Segundo Marques (2018), de 1522 a 1551, Portugal perdeu anualmente uma média de mais de 100.000 cruzados apenas em navios que naufragaram ou foram capturados.

7 As armas ferem de morte o cavalo branco / e caem as armas do rei no branco areal. / Sob as armas que o ferem o cavalo branco / cai por cima das armas vencidas do rei. / E há uma rosa de sangue no branco areal. / As armas ferem de morte as armas do rei. / Cai o cavalo branco no branco areal. / Sob as armas que as ferem as armas do rei / caem vencidas por baixo do cavalo branco. / E há uma rosa no branco do areal de sangue. / As armas ferem de morte as armas e o branco do rei do cavalo que caem no branco areal. / Sob as armas que os ferem as armas e o branco / caem vencidos por cima do rei debaixo do cavalo. / E há uma rosa no sangue do areal de branco. / Na rosa de sangue das armas vencidas / que caem no branco do branco areal / sob as armas que ferem é mais do que um rei / quem assim cai. É mais do que um cavalo branco: / quem assim cai vencido é Portugal (ALEGRE, 2017, não paginado).

criação de um novo espírito português, Salazar mantinha-se irredutível, posição que contribuiu para o isolamento do país e para que o percurso da história fosse ainda mais traumático para Portugal, que depois de mais de 10 anos de guerra, em 1974, perderia as suas colônias. A esse contexto está vinculada a fala poética de Manuel Alegre.

No poema “Fado”, o poeta contemporâneo interpela o autor de *Os Lusíadas*:

Com que voz dirias com que voz
De lira já cansada e enrouquecida?
A gente cega e surda somos nós
O tempo se mudou mas não a vida

Com que voz dirias com que voz?
O tempo se mudou mas não o ser
Falas conosco às vezes quase a sós
E o que te dói nos dizes sem doer.

Com que voz de além poema e de além língua?
Quem procura notícias não encontra.
Com que voz? Vai-se a ver e é outra Índia.

Com que voz nos dirias e quem diz
A outra biografia o viver contra?
Com que voz? Vai-se a ver e é um país.
(ALEGRE, 2019, não paginado).

Enquadrando-se na definição de texto de Julia Kristeva – “um mosaico de citações” (KRISTEVA, 2012, p. 142) –, o soneto de Alegre, além de dialogar com vários textos⁸ de Camões, estabelece uma interlocução com o fado “Com que voz”, de Amália Rodrigues, que integra o álbum de mesmo título, lançado em 1970.

Publicado originalmente em 1992, no livro *Vinte poemas para Camões*, “Fado” dialoga, em primeiro lugar, com o soneto camoniano “Com que voz chorarei meu triste fado⁹”, cuja voz poética lamenta as duras penas em que vive por conta da ausência da amada. À tal ausência cabe a responsabilidade pela transformação, em tristeza, da alegria do passado.

8 Percebe-se o diálogo ainda com os sonetos “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” e “Amor é fogo que arde sem se ver” e com a biografia de Camões: “Quem procura notícias não encontra” (ALEGRE, 2019, não paginado).

9 “Com que voz chorarei meu triste fado, / que em tão dura prisão me sepultou, / que mor não seja a dor que me deixou / o tempo, de meu bem desenganado? / Mas chorar não se estima neste estado, / onde suspirar nunca aproveitou; / triste quero viver, pois se mudou / em tristeza a alegria do passado. / Assi a vida passo descontente, / ao som nesta prisão do grillhão duro / que lastima o pé que o sofre e sente! / De tanto mal a causa é amor puro, / devido a quem de mi tenho ausente / por quem a vida, e bens dela, aventuro.” (CAMÕES, 2013, não paginado).

Alegre transpõe para o seu texto o tom de lamento, presente em Camões e no fado de Amália Rodrigues. A propósito da cantora, convém salientar que, na intervenção feita na Academia das Ciências, Manuel Alegre (2020), afirmou que, ao cantar, Amália Rodrigues não apenas interpretava Camões, mas falava de um destino pessoal e coletivo, de um país e de um povo.

A ideia de um destino coletivo vai surgindo, no poema de Alegre, a partir do segundo verso – “[...] de lira já cansada e enrouquecida [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado) –, em virtude do diálogo com o epílogo de *Os Lusíadas*, quando Camões, depois de cantar toda a história de Portugal, a viagem de Vasco da Gama e de, inclusive, queixar-se dos seus infortúnios, tomado pela melancolia, expressa o cansaço:

Nô mais, Musa, nô mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
(CAMÕES, 2008, p. 322).

Importa referir que quando Camões concluía o poema, Portugal já não estava em uma situação confortável. Por isso mesmo, o vate incentiva o rei D. Sebastião a acometer o Marrocos em busca de novas vitórias. Além disso, a tristeza do cantor da nação é decorrente do cansaço e da frustração por ter servido como poeta e soldado e não ser laureado com o reconhecimento:

O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
De uma austera, apagada e vil tristeza.
(CAMÕES, 2008, p. 322).

A apagada e vil tristeza identificada por Camões era a prova de que algo não corria bem. Ademais, a gente era surda e endurecida; logo, indiferente ao poeta. Ao apropriar-se do texto do precursor, Manuel Alegre aplica aos seus contemporâneos o adjetivo utilizado por Camões: “[...] a gente cega e surda somos nós / o tempo se mudou mas não a vida [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado).

O texto literário, conforme observa Kristeva (2012), constitui-se horizontalmente – em função do sujeito da escrita e do destinatário – e verticalmente – o texto dialoga com os anteriores ou sincrônicos. Ao definir o texto como absorção e transformação de outros textos, Kristeva cunha o termo intertextualidade, no qual está implícita a noção de que a linguagem poética é ao menos dupla. Assim,

A linguagem poética surge como um diálogo de textos: toda sequência se constrói em relação a uma outra, provinda de um outro corpus, de modo que toda sequência está duplamente orientada para o ato de reminiscência (evocação de uma outra escrita) e para o ato de intimação (a transformação dessa escritura) (KRISTEVA, 2012, p. 176).

Estabelecendo uma prolífica relação intertextual com Camões, Manuel Alegre sugere que, além de indiferentes ao poeta, a exemplo dos contemporâneos do escritor quinhentista, os portugueses do século XX são incapazes de ver com clareza a realidade em que estão inseridos.

Na obra *Pela mão de Alice*, Boaventura de Sousa Santos (1999) defende que os mitos constituem as ideias gerais de um país sem tradição filosófica e científica e que o excesso mítico de interpretação é uma forma de compensar o déficit de realidade. O estudioso explica que, durante um longo período, cujo marco inicial foi a atuação da Inquisição e termo, a grande noite do Estado Novo, Portugal foi dominado pela repressão ideológica, pela estagnação científica e pelo obscurantismo cultural. Para Boaventura de Sousa Santos,

A violação recorrente das liberdades cívicas e a atitude hostil à razão crítica fez com que acabasse por dominar a crítica da razão geradora de mitos e esquecimentos com que os portugueses teceram os seus desencontros com a história. O desconhecimento de Portugal é, antes de mais, um auto desconhecimento (SANTOS, 1999, p. 49-50).

As palavras “esquecimento” e “déficit de realidade” parecem marcar a relação dos portugueses com a história, com o passado e com o presente, ao menos é o que se pode inferir com base nas alegações de estudiosos da cultura portuguesa. Nesse sentido, Eduardo Lourenço (2012) comenta que, longe de ser nostálgico ou melancólico, o vínculo dos lusos com o passado é saudoso, ou seja, enraizado “[...] com tal intensidade no que ama [...]” (LOURENÇO, 2012, p. 93) que impede a adesão efetiva ao presente. Assim, de acordo com Lourenço, o povo português é sonhador:

O nosso povo, imemoravelmente rural, absorvido por fora em afazeres sem transcendência, mas levados a cabo como uma epopeia, com seu talento do detalhe, da miniatura, é um povo-sonhador. Não especialmente por ter cumprido sonhos maiores do que ele, mas porque, no fundo de si, ele recusa o que se chama a realidade. Ou, se se prefere, a ordem do tempo, rio sem regresso. Mais quixotescos que d. Quixote, os portugueses não dão realmente muita atenção à realidade empírica (LOURENÇO, 2012, p. 93-94)

Da negligência ou da indiferença¹⁰ à realidade empírica, aliada ao apego ao passado, beneficiou-se o regime salazarista.

10 Indiferença, entorpecimento ou, melhor dito, inconsciência da maioria da população é o que sugere Eduardo Lourenço (1976), no livro *O fascismo nunca existiu*, ao afirmar que, “[...] no dia 25 de abril de 1974, um país quase inteiro descobre estupefacto e incrédulo que acabara de passar quarenta anos sob um regime político opressivo que recebe então, em escala popular, o epíteto infamante de fascista. Um certo número de imagens da nova televisão liberta (células de tortura, confissões de presos políticos) ofereceram nessa altura um suporte sensível a tão tardia e acabrunhante revelação. Mas o traumatismo salutar e o acesso de lucidez não tiveram muito tempo para se enraizar [...]” (LOURENÇO, 1976, p. 177-178).

Dado que o transcurso do tempo – os mais de 400 anos que separam Manuel Alegre de Camões – não foi acompanhado de uma mudança significativa na postura dos indivíduos, o povo português seguia, como sugere o discurso antiépico do poeta contemporâneo, em busca de um destino por cumprir: “O tempo se mudou mas não o ser [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado).

Ao apontar a posição intermédia, semiperiférica, de Portugal no sistema mundial, Boaventura de Sousa Santos (1999) afirma que, em 25 de abril de 1974, Portugal era o país com menor índice de desenvolvimento da Europa e, ao mesmo tempo, o único detentor do maior e mais longo império colonial europeu. Com a perda das colônias, a função de intermediação (entre o centro e a periferia) ficou suspensa, e o país voltou a sua atenção ao mercado europeu, vendo a integração à Comunidade Europeia como a senda para preencher “[...] o vazio deixado pela derrocada do império [...]” (SANTOS, 1999, p. 58).

O pedido de adesão foi feito em 1977, contudo, Portugal só se tornou membro da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1986. Em 1990, Boaventura de Sousa Santos ponderou que, sendo a Comunidade Europeia uma das três grandes regiões do sistema mundial, a integração ao grupo gerava a ilusão, alimentada pelo discurso político, de que o país, “[...] por se integrar no centro [...]” (SANTOS, 1999, p. 58), passava a ser central. A predominância do sentimento nacional de progresso permitiu aos portugueses “[...] imaginarem-se como europeus [...]” (RIBEIRO, 2003, p. 1). Assim, como salienta Margarida Calafate Ribeiro (2003), o Estado ocultava a desigualdade entre Portugal e a Europa.

Ao enunciar “[...] vai-se a ver e é outra índia [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado), o discurso poético de Manuel Alegre pode sugerir a tendência (do povo português) ao apego a elementos que possibilitem a ilusão de pertencer ao centro, como a integração à CEE possibilitou. Tal interpretação é reforçada pela equivalência entre “vai-se a ver e é outra índia” e “vai-se a ver e é um país”. Nesse sentido, o último verso do soneto se coaduna com o título – “Fado” – e indica que o apego ao passado e o déficit de realidade estão inscritos na identidade portuguesa.

No poema “As ilhas¹¹”, Manuel Alegre, depois de enunciar que não há onde se busque, como em Camões, “[...] as ilhas que não mais [...]”, indicará que a forma de chegar à Índia é através de vogais e consoantes e que “[...] o resto é um morrer de pequenez [...]” (ALEGRE,

11 “Maravilhas fatais as ilhas que / de súbito outra escrita outros sinais / Maldivas Madagáscar Moçambique / as ilhas que não mais canção não mais. / Gramática do mar: diz tu porque / canção rosa dos pontos cardeais / diz tu porque não há onde se busque / como em Camões as ilhas que não mais. / Vai-se à Índia em vogais e consoantes / o resto é um morrer de pequenez / Camões porque poema nunca dantes. / Maldivas Madagáscar Moçambique / não mais canção um ritmo português. / E se alguém perguntar diz que porque.” (ALEGRE, 2019, não paginado).

2019, não paginado). Uma vez que as conquistas do passado, no presente, não são possíveis, o meio de experimentar o esplendor é através da criação poética.

A imagem da pequenez do país no presente em contraste com o império do século XVI reaparece em “Fernando Pessoa”:

Vem agora ver o meu país que já
 não tem Camões nem Índias para achar
 só tem Pessoa e o império que não há
 sentado à mesa como em alto mar.

A viagem que faz é só por dentro
 e escrever-se a única aventura.
 No pensamento é que lhe dá o vento
 ele é sozinho uma literatura.

Eis a vida vidinha cega e surda
 ditadura do não do só do pouco.
 Ser homem (diz Pessoa) é ser-se louco.

Heterónimo de si na hora absurda
 viajando no sentir escreve sentado.
 E é Pessoa: “futuro do passado”.
 (ALEGRE, 2019, não paginado).

Nesse poema, o sujeito poético convida o interlocutor a ver Portugal. Ao convite, segue a construção da imagem do país no século XX, imagem erigida com base no contraste entre o Portugal do passado, o de Camões, e o do presente da escrita. Assim, no século XVI, o país, através dos grandes deslocamentos marítimos, construiu um império e tinha em Camões, poeta e soldado, o cantor dos seus êxitos.

No século XX, já com o império desfeito, Portugal tem Fernando Pessoa e o sentimento de perda das grandezas. Cabe salientar que o criador dos heterônimos não foi imune aos efeitos da constatação da mudança na imagem de Portugal. A esse propósito, Teresa Rita Lopes (2008) comenta que, em um texto escrito por volta de 1925, Pessoa manifesta um trauma antigo, proveniente da descoberta de que, em Durban, os nativos ignoravam tudo a respeito dos portugueses e do seu papel no mundo.

De acordo com Stuart Hall (2006), além de uma entidade política, a nação é um sistema de representação cultural, ou seja, ela é constituída por representações e símbolos que embasam a formação de determinada identidade nacional. Uma cultura nacional produz sentidos – presentes nas histórias, nas memórias e nos demais pontos de referência –, com os quais podemos nos identificar, que atuam como liames para a formação da identidade da nação. Assim como ocorre

no que tange à dos indivíduos e grupos, a identidade da nação escapa à fixidez e se constitui em relação aos outros, por meio da negociação, conforme salienta Pollak (1992).

O incômodo de Fernando Pessoa com o desconhecimento dos sul-africanos acerca do passado dos portugueses parece estar intimamente relacionado com o ponto fulcral na questão da identidade: ser pressupõe sempre ser para um outro, o que envolve legitimação. Ora, uma vez que os outros ignoravam, Portugal não era. Da ausência de reconhecimento, chegamos a outro problema, sobre o qual o poeta debruçou-se na poesia e na prosa, que implicou na reformulação da identidade de Portugal: o esfacelamento do império e das glórias cantadas por Camões.

Retornando ao soneto de Alegre, enquanto Camões efetivamente viajava e, por conseguinte, compunha seus textos durante tal processo, Fernando Pessoa, escrevia sentado, percorrendo o seu abismo interior: “A viagem que faz é só por dentro [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). Através da junção dos verbos “escrever” e “viver”, Manuel Alegre alude ao fato de Pessoa ter dedicado a sua vida à construção da obra literária: “[...] e escrever-se a única aventura [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). Desse modo, enquanto Camões experimentou na pele as aventuras, os prazeres e os dissabores das viagens, Pessoa viajava apenas através do pensamento, sentia tudo de todas as maneiras por meio do fazer literário. Em razão da capacidade de efetuar o desdobramento da personalidade, converteu-se em uma literatura: “[...] ele é sozinho uma literatura [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). E, nesse ponto, Manuel Alegre dialoga inclusive com a obra em prosa do autor de *Mensagem*, já que, em 1930, no prefácio para a edição projetada das suas obras, Pessoa escreveu: “Com uma tal falta de literatura, como há hoje, que pode um homem de gênio fazer senão converter-se, ele só, em uma literatura?” (PESSOA, 1986, p. 83).

Contrastando com a grandeza de Pessoa, que é sozinho uma literatura, a vida, no primeiro terceto, é definida como diminuta e insuficiente. Reforça tal ideia o emprego do diminutivo “vidinha”. Além disso, a insuficiência da vida é marcada pelas palavras “cega”, “surda”, “não”, “só” e “pouco”. Nesse sentido, a vida impõe ao sujeito a falta, a escassez: “[...] ditadura do não do só do pouco [...]” (ALEGRE, 2019, não paginado). Convém salientar que o emprego do termo “ditadura” pode ser uma alusão ao Estado Novo, iniciado ainda em vida de Fernando. Tal leitura é encorajada pela definição da época como “hora absurda”.

Em meio à falta e à adversidade, ser homem é ser louco. E aqui a loucura, equivalente à capacidade de sonhar e de sair de si, se opõe à falta. Assim, Pessoa, que foi um excesso (um excesso para suprir uma falta), se efetiva como futuro do passado. Funciona desse modo porque, situado em uma linha de continuidade, Pessoa é um herdeiro de Camões, mas, ao mesmo tempo, a prova de que uma soberania portuguesa nos moldes de outrora, no século XX,

não era possível. Por outro lado, em consonância com o excesso que foi Pessoa, o fato de ser chamado de “futuro do passado” sugere inclusive a permanência da sua obra.

Considerações finais

Leyla Perrone-Moisés (2005) distingue a obra acabada da inacabada, esclarecendo que a primeira não comunica nada ao escritor de hoje, enquanto a segunda, “[...] pelo contrário, é a obra prospectiva que avança pelo presente e impele para o futuro [...]” (PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 81). São dessa ordem – inacabadas, porque permitem que se escreva a partir delas – as obras de Fernando Pessoa e Camões, poetas com os quais, nos poemas analisados, Manuel Alegre dialoga.

A fim de possibilitar a compreensão da prática literária, Kristeva (2012) retoma a significação do verbo “ler” para os antigos, esclarecendo que “ler” significava também “escolher”, “colher”, “espiar”, “reconhecer os traços”, “tomar”, “roubar” e que, por conseguinte, denota uma apropriação ativa do outro. O autor de *O canto e as armas* edifica o seu discurso literário com os bens dos precursores, submetendo-os, contudo, a um processo de transformação.

Boaventura de Sousa Santos identificou, no pertencimento simultâneo, durante muitos séculos, ao centro (do grande império colonial) e à periferia (da Europa), o elemento básico estruturante da existência coletiva dos portugueses:

Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomamos contato no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra e da França descreviam, ora com curiosidade ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos portugueses, para eles tão estranhos ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens (SANTOS, 1999, p. 59-60).

Essa conformação dual da identidade portuguesa teve por consequência, como apontou Ribeiro (2003), a elocução, por um lado, do discurso épico e, por outro, do discurso de perdição, sendo este último o que se encarrega de refletir sobre um Portugal decaído de antigas grandezas.

Em um ensaio escrito em 1998, Eduardo Lourenço afirmou que Portugal estava na “[...] situação de se aceitar tal como foi e como é [...]” (LOURENÇO, 2012, p. 83). A aceitação, sem o contumaz alheamento à realidade, pressupõe a tomada de consciência, percurso (por vezes) doloroso que a poesia de Manuel Alegre parece empreender e que culmina na representação da identidade de Portugal. Assim, imagens poéticas como as “naus que não mais” e “o império que não há”, além de nos remeterem ao imaginário coletivo dos portugueses e aos precursores do poeta, apontam – sobretudo pelo signo da ausência, de forma melancólica – para a condição periférica do país na Europa.

REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, B. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1994.
- ALEGRE, M. *Amália e o povo, a uma só voz*. In: ALEGRE, M. [S. l.], 13 out. 2020.
- Disponível em: <http://www.manuelalegre.com/301000/1/003665,000018/index.htm>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- ALEGRE, M. *O canto e as armas*. Lisboa: D. Quixote, 2017.
- ALEGRE, M. *Sonetos*. Lisboa: D. Quixote, 2019.
- CAMÕES, L. V. de. *Os Lusíadas*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- CAMÕES, L. V. de. *Sonetos e outros poemas*. [Sintra, Portugal]: Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.flavioresende.pt/download/370/Sonetos%20%20Luis%20de%20Camos.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KRISTEVA, J. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2012
- LOPES, T. R.. Prefácio. In: PESSOA, F. *Lisboa: o que o turista deve ver*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-23.
- LOURENÇO, E. *O fascismo nunca existiu*. Lisboa: Dom Quixote, 1976.
- LOURENÇO, E. *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2012.
- MARQUES, A. H. de O. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, 2018.
- PERRONE-MOISÉS, L. *Textos, crítica, escritura*. São Paulo, Ática, 2005.
- PESSOA, F. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- RIBEIRO, M. C. Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. *Oficina do CES*, Coimbra, Portugal, v. 188, p. 1-40, maio 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/32718>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- SANTOS, B. de S. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 66, n. 2, jul. 2003. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81691/1/Entre%20Prospero%20e%20Caliban_colonialismo%2c%20pos-colonialismo%20e%20inter-identidade.pdf. Acesso em: 20. mar 2021.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Portugal: Afrontamento, 1999.
- Diadorim*, Rio de Janeiro, vol. 24, número 2, p. 61 - 74, 2022.